

## **Moção**

### **Modelo de financiamento das instituições de ensino superior**

O financiamento do Ensino Superior é um dos temas que ao longo dos últimos anos mais têm preocupado o movimento associativo estudantil, atendendo aos cortes sucessivos feitos em sede de discussão de Orçamento de Estado às Instituições de Ensino Superior em virtude da crise financeira que o País atravessou e o colocou sobre auxílio externo.

O Orçamento de Estado para 2017 apresenta um novo reforço da dotação para o setor do Ensino Superior, que já tinha sido notório no OE de 2016, mas atinge para o próximo ano civil um aumento de cerca de 10,5%, relativamente ao presente ano, e inclui um aumento de 4,6% relativamente ao reforço do investimento público, no mesmo período.

Contudo, não é suficiente um reforço financeiro, se o modelo de divisão de verbas não for atualizado visto ser necessário criar critérios que mensurem a atualidade das instituições e não assentem num modelo de histórico que não permite um crescimento das instituições que mais procura tem sofrido por parte dos estudantes candidatos ao ensino superior, bem como pelas instituições que têm dificuldades e necessitam de uma intervenção urgente para se reinventarem.

No entender do movimento associativo, o modelo de financiamento não exprime uma divisão de verbas com base na conjuntura atual de ensino superior, visto o atual diploma conta com mais de 13 anos (Lei nº 37/2003 de 22 de Agosto) e continua a responsabilizar os mesmos agentes pra suportar o financiamento das Instituições de Ensino Superior.

Algumas forças políticas com assento parlamentar, já se posicionaram na necessidade de bloquear uma atualização do valor máximo de propinas, contudo é na visão do movimento associativo que este tema deve ser discutido com uma maior profundidade, no sentido não só discutir o valor mínimo, bem como encontrar uma nova metodologia que tenha capacidade para a longo prazo poder abolir custos para os estudantes e respetivos agregados familiares, como se já se verificou noutros países.

Posto isto, com base nos factos anteriormente descritos, a FNAEESP entende a necessidade do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, constituir um grupo de trabalho para analisar o quadro de financiamento do Ensino Superior.